

O CRACK NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR DA RALÉ

Ricardo Visser¹

RESUMO: O artigo explora a temática sobre o uso de crack em zonas metropolitanas e sua relação com a organização familiar. Também adentra a dinâmica conceitual entre formas de violência e vigilância parental, como tipos categoriais norteadores à caracterização da organização familiar. Os efeitos práticos desses dois quesitos serão arrolados junto à trajetória profissional da entrevistada. Por fim, serão explicitados os desdobramentos da tentativa de mudança no seu comportamento. Tais análises têm como base empírica uma entrevista em profundidade realizada com uma empregada doméstica no Rio de Janeiro, seguindo a metodologia da sociologia em escala individual.

PALAVRAS-CHAVE: Organização familiar – Crack – Classes sociais – Desigualdade

ABSTRACT: The article explores crack abuse in the metropolitan zones and its interplay with the familial organization. It elects the conceptual dynamics between forms of domestic violence and parental vigilance as one of the main conceptual frameworks to analyze the empirical case of familial organization. The practical effects of these two elements will, then, be crossed with the professional trajectory of the interviewee. Lastly, the effort on changing her own behavior will be explicated. These analyses base themselves on an interview conducted with a made in Rio de Janeiro, following the methodological approach of Sociology in individual scale.

KEYWORDS: familial organization – Crack – Social classes - Inequality

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, fundou-se a concepção de que a violência física arbitrária teria paulatinamente minguado diante da racionalização disciplinar do corpo, exigida por instituições jurídicas, econômicas, educacionais, políticas e etc. Emerge um tipo de correção que tivesse como finalidade a “docilização” corporal, em contextos determinados, permitindo a reconstrução temporal e afetivo-cognitiva da mesma. Isto é, sem dúvida, um dos elementos mais fundamentais na incorporação do sentimento de culpa, cuja direção não aponta apenas para o eterno autoflagelo moral de si, mas também para a chance de autorreflexão. A ação não resulta mais, portanto, de fontes ou condições externas alheias ao controle do indivíduo engajado em relações sociais.

¹Pesquisador pós-doutoral em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: ricardovis@gmail.com.

Aliada a este tipo de correção, originário nas famílias burguesas (HORKHEIMER, 1987), surge outra forma de violência junto ao processo de institucionalização da cultura através do sistema educacional, da indústria cultural, do mercado de trabalho, das casas de correção disciplinar, da política, mas, sobretudo, do monopólio de violência do Estado.

O conceito mais bem-acabado deste tipo de opressão silenciosa foi formulado por Pierre Bourdieu (1970) como “violência simbólica”. Sua característica principal é a aceitação imediata do ato de imposição comunicativa, sem suscitar o questionamento acerca das razões últimas pelas quais esta imposição se impinge. Ela provoca o reconhecimento desprovido de conhecimento das regras culturais impostas. A autoridade moral se vale de formas ideais e de categorias de percepção que impedem os indivíduos de compreenderem a arbitrariedade da ordem social na qual vivem. Horkheimer e Erich Fromm (1987) chamavam atenção para essa mudança enquanto processo de ‘espiritualização’ da autoridade (*Vergeistigung der Autorität*), o que conduzia a maioria à dependência intelectual, excluindo a dúvida como componente fundante da dialética da razão. A percepção do mundo social como entidade formal-abstrata objetiva - governada por leis gerais universais - cujos fins são pré-constituídos, encontra, na postura teórica realista e na pretensão à neutralidade imparcial, seus maiores representantes. Ignora-se o aspecto construído e historicamente contingente dos esquemas de pensamento e de convenções culturais.

Será que um conceito puramente dicotômico de violência - sendo uma a física (seja a arbitrária ou a disciplinar) e a outra simbólica (comunicativa) – bastaria para compreender, decerto, sua função nas interações em sociedades modernas? Cremos que são dois polos de uma escala. Já podemos, então, esclarecer desde já nosso pressuposto inicial: não opor pura- e simplesmente a violência física à simbólica, mas respeitar suas especificidades. Dentro de uma ordem coletiva, todo *exercício* de poder envolve, em maior ou menor medida, tanto identificação quanto coerção, raramente resultando da imposição unilateral da vontade subjetiva de quem o exerce. (SIMMEL, 1998, p. 160).

Desse modo, não partimos de uma definição negativa de violência física como um estado hobbesiano “natural”, “pré-cultural”, ou “pré-social”, mas como produtora e produto de condições sociais. Ela reveste a forma e o conteúdo das interações intersubjetivas e exhibe um tipo de pedagogia particular implícita, constituindo também, ao seu modo, uma violência performativa e comunicativa. Em parte, aqui reside o elã normativo da violência (HONNETH, 2012).

A seguir, analisaremos um estudo de caso feito com uma empregada doméstica no Rio de Janeiro. Em sua trajetória, encontra-se a constante tensão entre o passado marcado por formas punitivas violentas e a baixa vigilância no cotidiano familiar. Porém, a experiência de seu filho com o *crack* opera uma reconversão de seu comportamento. Ela busca, mesmo com duras dificuldades, instituir uma esfera de diálogo. Eis a distensão entre estrutura e mudança. O modo de tratamento do material empírico tem como mote uma aplicação à moda qualitativa da dinâmica conceitual das escalas de valor, geradas no projeto *Radiografia do Brasil Contemporâneo 2015-2016* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ IPEA). O espectro categórico analisa, sobretudo, no que tange à estrutura familiar, fatores fundamentais, como vigilância, violência doméstica, punição comunicativa e etc.

Além de nos indagarmos sobre a crítica da oposição simplista entre violência física e simbólica permear a prosa, o elo entre violência doméstica e baixa vigilância das práticas cotidianas também aparece como escopo conceitual norteador da análise. Elas influenciam a organização familiar e, de igual maneira, a relação que se desenvolve com o *crack*.

Em terceiro plano, mas ligada à questão anterior, reside a feição pela qual os dois termos categoriais se relacionam com a trajetória profissional da entrevistada de modo que influenciam sua inserção empregatícia. Por conseguinte, tal inserção dificulta a fixação de comportamentos estruturantes no seio familiar.

Em quarto lugar, será tematizada a contradição entre um processo de socialização calcado em violência doméstica, baixa vigilância e a tentativa tardia de a entrevistada formar uma interação discursiva com seu filho. Esta investida em direção à mudança da conduta tem nexos diretos com os problemas advindos do uso do *crack*.

Postos os pontos de análise, vale advertir que o texto não tem como ambição defender que o acesso privilegiado a uma forma historicamente definida de modelo familiar (o patriarcal burguês) signifique a inserção *automática* em um tipo de socialização familiar bem-sucedida. “Politizar”, “romantizar” e tecer uma elegia a qualquer forma particular de família como “ideal de família” seria sociologicamente infértil e estéril. Contudo, a relativização radical da família, inserida na hierarquia de classes, como instância socializadora seria igualmente ilusório. Por fim, recordamos que o intento principal do artigo é exploratório.

A TRAJETÓRIA DE CAMILA

Camila, uma empregada doméstica de 49 anos, chegou ao Rio de Janeiro com 13 anos, fugida de sua cidade natal. Sua fisionomia é de uma mulher acima do peso, com olhos e cabelos castanhos e de fala direta, sem muitos rodeios. Tem uma renda mensal variando entre R\$1.500 a R\$2.000. Nascida no interior de Minas Gerais, ela conta que o relacionamento com sua mãe sempre foi conturbado. Esta também era empregada doméstica que, tendo um caso com um jovem de família rica e nobre, acabou gerando-a. Segundo seu depoimento, a família de seu pai mandou matá-la para que não houvesse maiores complicações devido ao relacionamento do casal. Cada qual localizado em um polo extremamente oposto ao do outro na hierarquia social de classes. Além de não ter convivência com o pai, sua mãe teve que escondê-la inúmeras vezes.

Com uma coexistência insuportável com sua mãe, ela recorda:

“A minha mãe ficava com homens mais novos do que ela, então eu vi uma vez... Nós “morava” numa choupana de barro com bambu e telha porque antes era capim, mas aí conseguimos botar de telha. Era um quartinho só. Aí, a minha mãe ficou com um rapaz lá e era duas camas, uma assim e outra assim (paralelas) e eu estava acordada e eu vi tudo aquilo, mas eu não podia me mexer. Meu coração acelerou, acelerou e eu não podia me mexer porque se eu me mexesse ela ia e me batia depois...” (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

Ao presenciar o relacionamento sexual de sua mãe, torna-se patente como a ralé estrutural (SOUZA et al., 2009), nos casos em que mais se aproxima da tipologia conceitual, encontra óbices para constituir uma esfera familiar na qual a intimidade individual é preservada. De acordo com sua definição conceitual, a ralé é a classe social marginalizada, cuja incidência - em países de desenvolvimento capitalista predominantemente periférico - tem o poder de cunhar qualitativamente sua estrutura social.

Ela notabiliza-se pela exclusão em quase todos os campos e as esferas de valor decisivas da sociedade, como economia, família, educação, política e etc. Por encontrar-se em condições de extrema precariedade, incorporada sob formas de disposições inadequadas à inserção na sociedade competitiva, sua exclusão histórica é normalmente naturalizada e fragmentada. Torna-se comumente percebida a partir do estatuto moral subumano. Contudo, tal efeito apenas se perpetua porque as causas de sua humilhação tornam-se obscurecidas. Exibindo frágil fixação de comportamentos disciplinares no cotidiano, essa classe social está muito mais vulnerável ao uso autodestrutivo e patológico de drogas.

Para uma definição sociocultural mais exata da ralé, faz-se imperativo entender a economia como um dos fatores contribuintes para sua reprodução, mas não é a causa unívoca. Além do mais, a esfera econômica não contém apenas uma definição instrumental, mas igualmente normativa. Tão substancial para a definição é sua legitimação moral da autonomia econômica. Hegel foi um dos que perceberam esse pilar (HONNETH, 2008, p. 55).

Como vemos, Camila narra que as punições de sua mãe, além de violentas, não permitiam um rastreamento de suas motivações. Ou seja, tendem a ser arbitrárias e sem propósito. Em algumas organizações das camadas inferiores dessa classe (para marcar a fração marginalizada dessa classe)², há um esquema fragilmente constituído de motivações para o emprego da violência física. Ela carrega em seu bojo um fraco efeito de aprendizado de uma regra ou de um costume, pois não há uma restrição legitimada de sua aplicação. A tortura do corpo no ambiente familiar da Ralé pouco tem a ver com a correção, que já supõe o autocontrole do agressor e a interdição das pulsões agressivas que conduzem à *violação da integridade moral do outro*. Ela, assim, se desenha enquanto possivelmente arbitrária, inibindo a reconstrução mínima das razões pela punição. Uma distinção aqui poderia ser feita em relação ao que se poderia chamar de correção disciplinar do corpo, cuja encarnação em praticamente todas as instituições modernas foi analisada por Michel Foucault (1993). Em famílias de classe minimamente integradas no âmbito familiar, a finalidade e o significado prático da violência corporal se transformam por completo, pois pressupõem o autocontrole do agressor. Em meio aos estratos inferiores da ralé, como o agressor não incorporou autocontrole, não há garantias contra o uso da violência em determinados contextos.

A socialização familiar que combina violência doméstica e baixa vigilância dos comportamentos cotidianos, expressa um lábil componente prospectivo. Ela é tão mais presente quanto menos se tencionar com formas de punição disciplinar e discursiva. Isto posto, é possível dizer que, em distinção a este tipo combinado de socialização familiar, formas punitivas diferenciadas, como a disciplinar, trazem em seu bojo uma extensão temporal sobre a qual a sanção se aplica, constituindo elos de confiança e autonomia (LAHIRE, 2012, p. 44). Por conseguinte, esse aspecto da imposição da autoridade parental

²Ver SOUZA, J. et al. **Crack e exclusão social**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016. Também disponível em versão eletrônica: www.justica.gov.br.

também deixa suas marcas na estrutura temporal do patrimônio de disposições dos agentes, sobretudo, no que tange à incorporação de regras abstratas, dado que pressupõem a construção de um “respeito tácito” e manifestam - via de regra - suas exigências anteriormente aos eventos cotidianos. Os laços de confiança são igualmente laços de fiança e de “crédito”, englobando um futuro abstrato e não palatável no momento da interação. Assim sendo, constitui-se um elo prático entre expectativas e disposições, isto é, tendência à ação.

A ausência da delimitação contextual da punição acaba por reforçar uma construção simbólica do mundo objetivo como imprevisibilidade e acaso, no qual a capacidade de reação ativa frente ao medo se vê enfraquecida. Outro entrevistado, Josuel, morador de rua, usuário de *crack* e vítima de violência doméstica, conta que a “onda” do *crack*: “não é muito diferente das outras, entendeu? Ela é tipo uma forma assim... De você lidar com um problema. É que nem você colocar uma máscara, colocar uma capa, sei lá. Fica uma onda diferente. Você fica acordado, não sente medo” (Josuel, 25 anos, morador de rua). O efeito da droga encontra-se com a busca pela autoconfiança que nunca aprendeu a ter, já que esta depende da previsibilidade temporal e contextual mínima das interações nas quais participa. Ora, se a arbitrariedade da violência se torna geral, ela também assume basicamente a forma estruturante e totalizante do conteúdo das interações interfamiliares.

Contudo, é preciso ponderar que a agressão doméstica conforma *uma* das variáveis que auxiliam na explicação da organização familiar das classes marginalizadas. Vigilância e proteção são igualmente relevantes, constituindo fatores relativamente independentes. Assim, Camila narra que sua mãe tentou “dá-la” para outras pessoas ou estranhos. Isto ocorreu não apenas com ela, mas com algumas de suas irmãs. Em resposta a essa incapacidade de estabelecer cuidado afetivo primário, ela afirma: “Minha mãe não me protegia. Acho que uma gata tem mais afinidade com a minha mãe do que ela tinha com a gente”.

Ao pôr em risco a integridade pessoal de Camila, sua mãe mostra-se incapaz de produzir um encerramento básico das relações familiares em contraposição ao “mundo exterior”, normalmente representado pelo risco da delinquência, para os meninos, ou da prostituição, para as meninas. Certa vez, aos 9 anos de idade, sua mãe mandou-a visitar sua irmã mais velha em outra pequena cidade do estado mineiro. À beira da estrada, sua progenitora encontra, então, um caminhoneiro que para lá se endereçava. Trajada com um vestido e um pequeno casaco amarelo, ela embarca no caminhão. Ao passar pela cidade designada, o homem tenta boliná-la e impedir sua saída do caminhão até que, passando

por um quebra-molas, enquanto o veículo se deslocava vagarosamente, ela abre a porte e salta. Após rolar no chão, ela corre. Com alguns hematomas, devido à queda, e o joelho ralado, ela finalmente escapa. Alguma consciência de sua fragilidade perante um possível estupro aos 9 anos de idade reflete a explicação quase mística que confere à circunstância. Camila ainda relata que sua mãe tentou “dar” suas irmãs para outros desconhecidos, muitas vezes para trabalhar em serviços domésticos na casa de outras pessoas.

Bem, se a violência doméstica era uma realidade na juventude de Camila, ela não constitui o critério único e determinante para definir a organização familiar dos excluídos e esquecidos; tão fundamental é a chave conceitual da vigilância, sua constância, e sua potência em racionalizar o cotidiano. Tal distinção analítica é relevante, pois ajuda a compreender casos nos quais não há necessariamente a presença explícita de violência doméstica. A lábil coesão familiar corresponde igualmente à improbabilidade de produzir coerência nas interações e alicerçar o cotidiano. Em outras entrevistas de usuários de *crack*, era comum eles usarem a expressão de terem sido “criados soltos na rua”, de modo a exemplificar esta circunstância (SOUZA et al, 2016).

A este ponto, poderíamos novamente mobilizar Foucault (Ibidem, p. 166-176) para mostrar como a racionalização do cotidiano conecta-se com a ideia de repartição e secção de intervalos e movimentos. De fato, o filósofo social francês entendia seu surgimento, arrolando como escopo, as instituições disciplinares modernas, como escola, fábrica e exército. Não obstante, a função social da organização familiar está intimamente conectada com todos estes complexos institucionais e de interações. A arte das repartições define e ordena o espaço de atuação, imprimindo um ritmo contínuo e regular do tempo, agora planejado. Emerge uma pedagogia “econômica” – no sentido da poupança de forças - tendo em vista a adequação, a antecipação obediente às regras. A coordenação da conduta individual pressupõe, de um lado, a constância da ação num intervalo temporal cronológico, acumulativo e linear alongado e, de outro, a diferenciação espaço-temporal interna das ações: a arte das repartições é um apanágio fundamental da tecnologia disciplinar de poder.

De igual maneira Bernard Lahire (2012), ao observar a conexão entre famílias das classes populares e sua relação com o ambiente escolar, verifica que, em famílias com baixa vigilância e racionalização cotidiana, isto é, um cronograma mais ou menos fixado de atividades extraescolares, costuma prevalecer tipos de punição verbal e física violentos ou explícitos. Elas geralmente engendram, segundo Lahire, algum tipo de permissividade implícita, com pouco poder de antecipação à infração. Portanto, trata-se de certa

complacência pré-reflexiva, independentemente relativamente do capital cultural ou escolar dos pais.

Aos 13 anos, Camila foge de casa e viaja para o Rio de Janeiro tendo a certeza de viver uma vida melhor e de evitar o destino da mãe. Na casa de sua nova patroa, que conheceu no ponto de ônibus, ela conta que se encarregava dos serviços domésticos, mas que raramente era paga por eles. Esta indefinição entre trabalho e moradia complementa a pressão de sua mãe para que ela enviasse parte de sua renda para ela. É notória, nesse caso, a diferença do significado do trabalho infantil para a mãe e para os Batalhadores (SOUZA et al., 2010). Se para os últimos, a família e o trabalho reforçam-se mutuamente, para Camila, o trabalho é uma forma de escapar das mazelas encontradas em seu ambiente familiar.

Ainda na casa de sua primeira patroa, ela relata que se apaixonou por seu filho mais velho. Ao ser descoberta, ela é mandada embora e consegue uma quantia em dinheiro para voltar a Belo Horizonte. Retorna, então, ao Rio, desempregada, e declara que, à época, era uma menina frágil e que chorava por qualquer motivo, muito diferente de hoje em dia. Um dia, sai por Copacabana, procurando esporear, mas não consegue. Senta-se na Praça do Lido e desaba aos prantos. Nesse ínterim, Camila é abordada por uma mulher, em torno dos 40 anos, que lhe oferece um emprego como cuidadora. No início do novo emprego, ela logo descobre que sua patroa era, na verdade, a antiga doméstica, que, agora mantinha um relacionamento amoroso com o marido de uma diplomata. Esta sofre de obesidade mórbida. Além de ter que dar banho, Camila tinha que preparar comida e lavar roupa. Ela narra que, por estar indignada com a relação de seu marido e a empregada, a diplomata obesa cuspiu comida nela, além de xingá-la. Em meio a tal ambiência conturbada, Camila opta pela demissão, mas rapidamente consegue outro emprego.

Agora com 17 anos, e morando numa casa de família em Ipanema, ela nos conta um pouco sobre sua conturbada trajetória escolar. Camila chegou até a 5ª série. Na verdade, é preciso assinalar que a escola nunca teve importância capital para ela, visto que o trabalho infantil, somado ao abandono familiar, tornava a escola um ambiente estranho e refratário. Seus hábitos de estudo são completamente esparsos. Quando tinha uma prova ela “às vezes eu dava uma lida, alguma coisa assim, entendeu? Às vezes, no intervalo”. Na circunstância da entrevista, nota-se que o assunto não é carregado de tanta importância. Ela é um tanto lacônica ao referir-se à vivência escolar. Mas uma situação talvez ilustre como nenhuma outra as barreiras que se colocam em seu caminho.

Certa vez, ainda em Ipanema, ela adverte sua patroa de uma prova final prestes a ocorrer. Havia sido combinado que haveria espaço para que ela pudesse conduzir seus estudos. Ela recorda que:

“(...) numa sexta-feira de final de ano, eu limpei o apartamento todinho. Só faltava o chão da cozinha pra lavar. Cozinha, azulejo... já tinha limpado. Falei com ela que eu tinha passado um pano e amanhã, sábado, porque eu morava lá, eu não tinha onde morar... Amanhã eu lavo o chão da cozinha, porque amanhã eu vou fazer a minha prova de final de ano, porque se eu não “fazer” essa prova eu perco o ano. Ela disse pra mim que eu não ia fazer prova nenhuma, ela disse que eu ia lavar a cozinha. Eu disse que já eram 6:30min e eu tinha que estar 7h no colégio aqui na praça do Lido. Ela disse: “você não vai fazer nada de prova não! Você vai lavar o chão da cozinha!”. Eu falei: “Toma sua vassoura, toma o seu balde, então a senhora vai fazer.”. Ela disse: “Você vai embora!”. Eu peguei minhas coisas, eu deixei como porteiro, vim e fiz a minha prova, que era pra passar pra 5ª série e depois eu não tinha onde dormir”.

(...) Aí, eu dormi na Praça Afonso Pena perto de uma cabine num banco, esperando até de manhã até ele vir me pegar (ela se refere ao seu namorado à época). Fiquei uma semana na casa da tia dele aguentando nome de piranha, de puta... Até eu conseguir arrumar emprego porque eu não tinha onde ficar”. (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

A intermitência, o baixíssimo valor no pagamento, bem como ser alvo de constantes boicotes, abusos físicos e morais no ambiente de trabalho, nos mostra como o trabalho de empregada doméstica exige, muitas vezes, a incorporação de disposições para submissão e de contenção repressiva. Há aqui, além da rentabilidade do trabalho, os tipos de disposições realizadas em seu local. Na moderna divisão do trabalho social, há funções que exigem a incorporação de disposições para acatar ordens, o que, no caso das empregadas domésticas, às vezes, beira o contorno extremo de abuso moral e sexual.

São ocupações nas quais se recebe exclusivamente ordens, complementadas pela gama de fatores que permitem ou impedem o reconhecimento sócio econômico. Por outro lado, há outros trabalhos que podem exigir um conjunto de disposições similares, mas exibem compensações tanto no seu reconhecimento financeiro (rentabilidade futura e estabilização temporal do futuro) quanto na chance de, por estar posicionado numa hierarquia intermediária, repassar, redistribuir, modificar ordens e comandos (expressão pessoal). Seus efeitos são, assim, atenuados. No caso de Camila, ao lado de ter que desenvolver as disposições de submissão, a esfera do trabalho é praticamente global, pois dormia na casa dos patrões. Após esse infeliz episódio, ela conta com a ajuda de uma

amiga, também empregada doméstica, que a acolhe em segredo em seu quarto. Grávida, Camila segue seu caminho, mas é abandonada por seu namorado.

CAMILA E SEU FILHO REINALDO

No que tange à convivência com seu filho mais velho Reinaldo (34 anos), Camila descreve que reproduziu a mesma conduta de sua mãe na infância. Somada a isso, mais um evento marca o período da vida infantil de Reinaldo:

“Ele com cinco anos de idade ele foi estuprado pelo meu sobrinho de 13 anos, mas só que o meu sobrinho de 13 anos tinha o tamanho de 10. Eu trabalhava fora dia e noite, eu tinha que deixar... E eu sempre trabalhado, acabava deixando com outras pessoas. Pedia pra elas colocarem de castigo...”. (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

Uma vez mais, o fator explicativo principal aqui é a quebradiça, a inconstante vigilância e a garantia de proteção legada à autoridade parental. Sobre a relação de Reinaldo com seu irmão mais novo, Washington, Camila conta: “foram crescendo como Caim e Abel!”. Incapaz de instaurar alguma forma de vigilância e controle sobre seu filho mais velho, ela literalmente delega sua autoridade parental, ao pedir aos cuidadores (muitas vezes vizinhos e amigos) que o colocassem de castigo. Além disso, a fala ilustra claramente a violação da integridade física e moral de Reinaldo por seu primo mais velho.

Essa delegação guarda afinidade contraposta com a observada por Jean-Claude Chamborebon e Jean Prevot (1973, p. 308) no fenômeno analisado por eles: o novo papel pedagógico-escolar da mãe, devido a modificações culturais e estruturais, como urbanização, entrada das mulheres no mercado de trabalho, e escolarização de faixas etárias mais jovens (aumento da escolarização de crianças entre 2-5 anos), se correlaciona com o aumento de maternais. O trabalho pedagógico da mãe, cujas condições positivas se encontram em mulheres localizadas nas classes superiores e, em menor medida, nas médias, equivale à extensão do maternal e não à delegação de autoridade, como em nosso caso empírico. Os autores notam que as mulheres oriundas dos estratos superiores têm acesso a maquinário e a serviços domésticos, permitindo o direcionamento do tempo para sua função de transmissora cultural. Os autores afirmam o fortalecimento do significado moral da socialização familiar em função da urbanização, que destrói comunidades residenciais locais (onde as famílias se conhecem há gerações) e a família estendida (Idem).

Nesse sentido, a reprodução geracional da *ralé* – sob a forma de passado familiar incorporado - ganha mais um fator reforçador: a esfera do trabalho. Ela nos parece ser o elo objetivo entre os padrões de socialização que pautam a estrutura de classe nas famílias, nos permitindo, desse modo, romper decerto com a tese do “familismo”, isto é, de que a família compõe uma região social fora da dinâmica de classes como um todo.

Um dos pontos absolutamente nodais para compreender esta organização familiar de classe se deixa transparecer, assim, no papel que o trabalho cumpre na desagregação da mesma. Há uma tensão entre família e trabalho tanto do ponto de vista econômico quanto da dinâmica moral, isto é, do respeito/desrespeito. Segundo esta ótica, o trabalho desqualificado (MACIEL; GRILLO, 2009) requer um altíssimo grau de disposições de sujeição passiva como: aceitar ordens, humilhações, abusos sexuais, simbólicos (ex.: boicotes) dos patrões, horários rígidos etc. Geralmente inseridas em configurações monoparentais, as mães das classes marginalizadas encontram mais dificuldades na reconversão temporal do seu patrimônio de disposições na família, ou seja, em dedicar de modo substancial uma parte de seu tempo cotidiano para o cumprimento das funções familiares. Trata-se da dificuldade de uma reconversão temporal *estruturante* do *habitus* em campos sociais diferenciados. A partir deste ponto de vista, torna-se muito difícil “aprender a ser mãe”, dado que o tempo social disponível na inculcação dessas disposições não lhes permite o desempenho dessa função social de modo estável através da repetição e da insistência de ações.

Em si, o fato de ser monoparental não explica muita coisa, tampouco a tese psicanalítica da ausência da figura paterna, enquanto símbolo da imposição da autoridade. Em contraste, esse fator torna-se explicativo quando o relacionamos com a tese da divisão sexual do trabalho doméstico e com o acesso a redes de fiança fora do núcleo familiar imediato, ou seja, se seus recursos de parentesco de segundo grau constituem malhas de confiança e até auxílio econômico.

O conceito simmeliano de desempenho (*Leistung*) nos auxilia nesse tópico. Ele torna as relações profissionais em interações progressivamente impessoais (SIMMEL, 2009). No mercado do trabalho, não ocorreria mais, como no regime escravocrata, por exemplo, a entrega total e a redução total da personalidade ao trabalho. No limite, o escravo era a propriedade do senhor. Assim sendo, o resultado do trabalho moderno torna-se, com a padronização dos procedimentos (processo de objetivação da cultura) e das máquinas, cada vez mais rotinizado, enquanto a jornada delimita o tempo de exploração do trabalhador. Com o advento do trabalho assalariado, desencadeia-se um processo de

diferenciação temporal, seccionando o tempo dedicado à profissão e o aplicado em outras esferas da vida social. Eis o nascimento da liberdade pessoal (Ibidem, p. 433). A relativa liberdade da personalidade individual se realiza em vista de não estar reduzida a uma única forma de compromisso laboral, podendo empregar seu tempo em outras áreas da vida social (família, arte, amores, *hobbys*, esportes e etc.).

Precisamente, este elemento que define o tempo social do trabalho e o do fora do trabalho é que parece problemático na ralé. A esfera, além do trabalho ou extraprofissional, em alguns estratos da ralé, inserida nas ocupações mais degradantes da divisão do trabalho, se encontra tantas vezes num estágio tão minguado, que seus membros não conseguem senão desenvolver uma gama de disposições fracas e descontínuas em outros campos. No caso de Camila, isto não é difícil de ser ilustrado, pois durante uma boa parcela de sua vida dormia na casa dos patrões ou deixava os filhos com outras pessoas para poder trabalhar. Esta entrega quase total do trabalhador ao trabalho entra em direto atrito com a esfera familiar, inibindo a reconversão do tempo social dedicado às atividades tanto parentais quanto de parceiro erótico-amoroso (esposa/esposo). Um possível contexto de atualização (LAHIRE, 2001), no qual tais papéis sociais vêm a ser fixados, encontra-se desfalecido.

A inserção no mercado de trabalho desqualificado (MACIEL; GRILLO, 2009) e a reprodução social da ralé estrutural enquanto classe nos revelam, por vezes, aquilo que poderíamos chamar, aqui, de *exploração extensiva* desta enquanto força de trabalho. Nestas ocupações desqualificadas, nas quais a incidência da ralé estrutural é mais contundente, perdura o lábil recorte delimitador do trabalho, configurando a arbitrariedade temporal e a entrega, nesse caso, quase total do trabalhador ao posto. Em nosso estudo de caso, a exploração do lado braçal e físico do trabalho prevalece apesar de nenhum trabalho poder ser classificado como sendo exclusivamente braçal.

De acordo com os princípios desta exploração extensiva do trabalho, ser força de trabalho “pronta para qualquer trabalho pesado”, o “exército igualmente desarmado” (BOURDIEU, 1977) para a competição no capitalismo moderno, ou “em busca de qualquer bico no curto prazo para sobreviver”, torna o tempo social experimentado na esfera familiar de tal modo esparso, que a possibilidade de fixação de um processo e aprendizado envolvido na constituição de um verdadeiro patrimônio de disposições duráveis é muitíssimo constrangida. É neste espectro que se esboça a interpenetração entre trabalho e família.

Na difícil passagem da infância para a adolescência, Reinaldo começa a fazer uso de maconha no pátio de seu colégio, aos 16 anos. Ele fazia parte de uma turma com mais cinco jovens na mesma situação. Na análise de trajetórias masculinas da rale, a passagem da fase infantil, na qual a “rua” ainda pode ter um caráter lúdico, para a adolescência é fundamental (ROCHA; TORRES, 2009). Aqui, as antigas brincadeiras são abandonadas e a vida começa a ganhar outro contorno. É preciso provar-se destemido. Outro aspecto nodal é que a iniciação do uso da maconha dá-se não por vontade própria isolada, mas com um grupo de amigos. Ela remonta seu contexto de uso e de sociabilidade no qual experiências são compartilhadas. Não é possível, portanto, desvincular o uso da droga desse pano de fundo.

Com essa mesma turma, Reinaldo começa a frequentar bailes *funk*, onde também faz uso do “loló”. Muito embora Camila tenha sido avisada por outros moradores, custa a acreditar que seu filho está ingerindo tais drogas. A esse ponto de sua vida, Reinaldo não apenas passava seu tempo livre com seus amigos, mas com sua namorada Jeniffer. Desconfiada, Camila resolve ir a um dos bailes e tirar suas próprias conclusões. Ao chegar ao evento, suas expectativas são confirmadas com a desagradável cena de seu filho inalando “loló”, um entorpecente composto por clorofórmio e éter. Ao deparar-se com tal situação, Camila não sabe o que fazer até que chama seu filho para morar com Jeniffer na sua casa. Sua impressão é de que assim ela poderia proteger seu filho contra problemas maiores no futuro.

Todavia, o relacionamento do casal torna-se conturbado e Reinaldo separa-se de Jennifer. Após alguns meses, começa a namorar Lucia, com quem também mora na casa de Camila. Os conflitos entre os namorados geralmente são resolvidos da mesma forma. Segundo Camila seu filho:

“ (...) Tem um problema, porque ele é bipolar e ele só arruma mulher otária que ele bate. Bate mermo! Aí deu uns tapas na Juliana na minha frente, aí eu dei outras porradas nele e botou a Jennifer pra correr. Aí se juntou com essa menina Lucia. Aí veio morar com essa menina dentro de casa. Essa menina, ele sempre... Ele batia nela. Ele fazia ela de empregada: calça sapato, não sei o quê, tal e tal... Então eu sempre defendi as mulheres dele. O fato “dele” bater nas mulheres... Aí eu dava nele também. Porque na minha casa... Os meus dois filhos, pra eles eu sou o coronel, o sargento, o soldado e o capitão. A minha palavra é a que vale.”. (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

No excerto acima, fica clara a forma de interação entre Camila e o filho. De certa forma, é factível intuir que a socialização primária de Reinaldo se transponha na relação

que mantém com outras pessoas, sobretudo, suas companheiras. Tendo quase nenhum espaço para diálogo, a forma de trato tendencialmente violento torna-se uma tônica na família. Seis meses após Lucia mudar-se para a casa de Camila, ela fica grávida. Reinaldo não a poupa e continua a espancando, chegando, uma vez, a chutar sua barriga até que ela desmaiasse. À época, Reinaldo trabalhava de entregador numa famosa cadeia de supermercados especializados em frutas e legumes. Tão logo nascera sua filha, ele e Lucia se mudam para uma quitinete, localizada nas proximidades da casa de sua mãe.

Certo dia, Camila narra que Lucia sai escondida de madrugada com o pretexto de encontrar uma “amiga” que iria oferecer-lhe um emprego. Depois do encontro, Camila a avista subindo para casa. Assustada, Camila roga para que Lucia volte imediatamente para casa, com medo de que seu filho a espancasse de novo. Algumas horas mais tarde, Reinaldo desce com Lucia, nervoso e segurando seus braços com certa agressividade. Alegando que fora traído, Reinaldo aparenta estar fora de si. Camila, então, tenta acalmar o filho, dizendo que seus pensamentos são apenas suposições. Contudo, o suposto amante liga; um vizinho, também casado. Nesse momento:

“Aí ele bateu nela, mas bateu muito nela. Aí ligou o cara e ele atendeu. Quer dizer não era a colega. Ele bateu nela e ela foi lá pra casa. A menina apanhou muito... Meu Deus do céu, nesse dia ele ia matar ela. Aí bateu, bateu, bateu, puxava ela pelos cabelos e batia a cabeça dela na parede e eu atrás dele. Quando ele pegou a faca pra dar a facada de misericórdia, aí eu peguei a faca, taquei ele na cama e dei-lhe umas porradas nele. Aí ele foi chamar os bandidos...”. (Camila, 49 anos, empregada doméstica).

Com a fuga de Lucia, Reinaldo chama alguns bandidos para dar cabo da situação do amante. Eles chegam, diz Camila, querendo “madeirar” ambos, ou seja, matar a pauladas o amante e a mulher adúltera. Na presença da mãe do amante, Camila intervém em prol da suspensão da pena, culminando na “reclusão” de Lucia na casa da tia.

Neste momento, há mais uma guinada na vida de Reinaldo: ele começa a fumar *crack* “no copinho”. Até então, o *crack* era fumado misturado com maconha (zirê)³. Sem a atenuação da maconha, o *crack* tem um efeito mais intenso, acelerando mais o metabolismo. Pouco tempo depois, ele perde seu emprego e vem a cometer pequenos furtos para sustentar seu vício. Eles começam dentro da própria família, com o roubo de um celular de Camila. Num curto período, começa a trabalhar como assistente em uma rede informal de transporte de vans. Com alta desconfiança, Camila conta que procura

³ Zirê é um termo usado na região metropolitana do Rio de Janeiro.

ajuda em clínicas públicas, mas crê que não melhorarão a situação de seu filho, porquanto o período de tratamento e de internação é muito curto. Eis que ela percebe a relação entre o uso da droga e seu contexto de sociabilidade, visto que acabado o tempo de 45 dias da internação, Reinaldo voltaria ao mesmo ambiente e ao contato com as mesmas pessoas.

Em tom nervoso e atônito, Camila afirma que brincou com a possibilidade de assaltar um banco ou até mesmo se prostituir. No entanto, tão logo profere tais pensamentos, ela descarta a possibilidade, dada a degradação moral e a humilhação engendrada em vender o próprio corpo: “é melhor enfrentar o tanque da madame do que vender o meu corpo”, diz ela.

Um dia no trabalho, Reinaldo encontra Carlos, um menino estimado pelos traficantes locais. Reinaldo então pede seu telefone para fazer uma ligação e o rouba. O furto de um objeto de algum familiar pode até ser perdoado, mas de alguém da comunidade é algo mais sério. Sem saber o que fazer, Camila vai atrás do rapaz a quem Reinaldo revendeu o celular. O pai de Reinaldo cogita amarrá-lo em casa, mas é dissuadido da ideia. A situação parece estar fora de controle, até que Camila recupera o telefone móvel após conseguir dinheiro emprestado com um amigo, para, então, ressarcir o comprador. Vemos que seu endividamento tem caráter emergencial e sendo mediado por instituições financeiras.

Nesse ínterim, Reinaldo se envolve em outro roubo; agora um celular da esposa de um traficante bem posicionado. Ao retornar para casa, ela encontra a esposa e lhe garante que vai recuperar o celular. Contudo, já estava avisado na boca de fumo que, caso o encontrassem, haveria recompensa. Com sua captura, muito provavelmente seria assassinado.

Camila não sabe, no entanto, do paradeiro de seu filho. Após longa procura junto a Lucia, ela o encontra indo comprar uma pedra de *crack*. Reinaldo se encontrava letárgico, sem dormir há três dias. Com extrema cautela, Camila leva-o para casa e o esconde lá. Sob tais circunstâncias, confessa em tom desalentado:

“Nesse dia eu comprei crack duas vezes pro meu filho (em tom choroso), eu mandei comprar crack pra ele usar dentro de casa, porque se ele fosse pra boca, ele ia morrer. Você tem a consciência disso? Ele usou pedra de crack, ficou com mais fissura, ele tava com mais dinheiro. Eu falei: “meu filho, você não vai sair não. Fica aí, se você for lá na boca, você vai morrer” (Camila, empregada doméstica, 49 anos).

Com o filho escondido dentro de casa, Camila pede mais dinheiro emprestado a amigos e pede para outro comprar maconha e *crack*, no intuito de aplacar a “fissura” de

Reinaldo. Forçada a encarar esta conjuntura, Camila, ainda preocupada como iria contorná-la e ainda dar conta do trabalho, contata uma amiga de longa data e resolve hospedar-se com seu filho lá. Para tanto, saem às 5h da manhã, de modo a não levantar suspeitas. O deslocamento até Alcântara durara cerca de uma hora e meia e Camila tinha dinheiro apenas para a viagem de ida. Todavia, ao chegar à casa da amiga, Camila se dá conta que ela finge não estar em casa. Sem ter aonde ir, liga para uma antiga patroa. Com o aval dela, Camila segue para o bairro do Flamengo, mas não tem dinheiro para pegar o ônibus, o que a forçou a pedir carona. Por fim, ela chega com Reinaldo, que come e em seguida dorme profundamente sob efeito de remédios.

No dia seguinte, Camila sai para procurar um quarto, de forma a esconder o filho das ameaças. Contudo, não tinha dinheiro suficiente. Com sorte, consegue a soma com sua antiga patroa. Também angaria dinheiro com o ex-marido e aluga um quarto em Jacarepaguá. Lá habitam Reinaldo, Lucia e a filha do casal. Dentre despesas com remédios e suprimentos, Camila se vê endividada e sem recursos financeiros. Por um breve período, Reinaldo volta a trabalhar num hotel. Não obstante, sua relação com Lucia extrema-se novamente e volta a fazer uso do *crack*.

Nesse momento, Camila nota que sua conduta em relação ao filho transforma-se: ela agora se preocupa em fornecer cuidado e a conversar com ele; ser uma espécie de “psicóloga”, segundo sua expressão. Na trajetória de Camila, há realmente uma transformação, uma ruptura relativa na maneira como passou a tratar o filho depois que ele se viciou em crack. Ela procura estabelecer de algum modo uma esfera discursiva com este. Porém, ainda que essa interação dialógica tenha emergido, ela não cumpre um papel formador e constitutivo do patrimônio psicossocial primário da socialização. Ela tem, por um lado, uma dimensão disciplinadora, de estabelecer limites e acordos, ao passo que de outro, constitui laços de confiança e solidariedade entre pais e filhos. No caso de Camila e Reinaldo, a constituição de tais tendências à ação é tardia, sendo, portanto, enfraquecidas e pouco estruturantes, englobando a minoria das interações familiares.

Mesmo que, para Camila, a emergência de uma esfera discursiva com o filho dependente seja uma tentativa posterior de modificação da conduta e, se reforce enquanto disposição fraca (LAHIRE, 2017, p. 55), tal metamorfose é sociologicamente nodal. Ela revela o jogo de forças intrínseco a cada patrimônio de disposições. Embora, em sua trajetória, a violência doméstica tenha sido a tônica reproduzida intergeracionalmente, ela se mantém em tensão com outras inclinações. A este ponto, observamos o estreito liame entre expectativas e disposições fracas. Elas confirmam o início da constituição de novas

tendências para ação, podendo se tornar fortes ou não. Certamente, o efeito prático de tais expectativas projetadas se subordina diretamente à presença de autocontrole no cotidiano.

Entretanto, há comumente a chance de aprendizado na medida em que a constituição de uma esfera de mediação discursiva entre pais e filho(s) pode remediar uma situação, mas não se introduz enquanto cláusula constituinte. Em famílias de classes sociais integradas, essa esfera discursiva tende a ser estruturante. Ela também é base do reconhecimento intersubjetivo, pois os pais reconhecem a criança como sujeito fonte de desejos, pensamentos e sentimentos, se realiza em maior ou menor grau dependendo do quanto a família carrega traços autoritários tradicionais. Sob este prisma, a esfera discursiva e dialógica pode estar mesclada com outros traços mais ou menos marcantes da estrutura familiar.

Além disso, esta esfera discursiva do reconhecimento familiar (que atua junto à correção disciplinar do corpo) pode ser lida como prolongamento do que Honneth (2012) chamou “comunialidade simbiótica” (*symbiotische Gemeinsamkeit*) inicial. Ela se desenvolve entre a mãe e o bebê, que passa paulatinamente a se enxergar como “individualidade”. Essa unidade simbiótica, tal qual ele a define, pressupõe a divisão sexual do trabalho familiar própria das classes médias (e superiores)⁴ (CHAMBOREDON; PREVOT, 1973), na qual a mãe pode dedicar seu tempo integralmente “a ser mãe”, seja porque o pai garante a renda familiar e a segurança existencial no futuro, seja em função de haver o direito à licença maternidade. Em famílias nas quais a mãe tem que lidar diretamente com o mundo do trabalho extensivo (com jornadas de longa duração), surge a tensão entre trabalho e família de modo a dificultar a reconversão do tempo social para a família, sobretudo, no tocante às funções afetivas e pedagógicas.

A consolidação de uma esfera dialógica é um dos quesitos fundamentais da socialização disciplinar na família, diante da qual os aspectos mais casuísticos e arbitrários da violência corporal se veem enfraquecidos. Em suma, os tipos de punição baseados na correção autocontrolada do corpo e na esfera familiar discursiva presentes nas outras classes se constituem em tipologias diametralmente opostas à socialização familiar ricas em violência doméstica e em baixa vigilância parental.

⁴ Não se trata de afirmar que a configuração familiar de outras classes sejam inferiores. Em contraste, trata-se demonstrar que as classes médias dispõem de melhores *pré-condições* para cumprir a função moral do cuidado afetivo (no sentido honnethiano) e de desenvolvimento da esfera discursiva, embora também apresentem fraturas internas nas disposições familiares. Por ser abstrata, essa função moral pode se acoplar a outras formas contingentes de organização familiar.

Atualmente, o suplício de Camila com o filho perdura. Ele continua fazendo uso do *crack*. Tendo o levado à clínica novamente pouco tempo depois da última ruptura com Lucia, ele cessa o uso por breve período. No desfecho da entrevista, Camila ainda conta que ele já tentou, inclusive, vender sua filha em um surto de “fissura”.

CONCLUSÃO

Na trajetória de Camila, o caráter intergeracional da reprodução de práticas familiares fica claro. Nosso intento principal com essa história foi refletir sobre alguns fundamentos conceituais, tendo como foco uma sociologia de classes e da família. Tal objetivo, contudo, não pode ser atingido ao acoplar um arranjo organizacional concreto da família ao pertencimento de classe, por exemplo, a associação direta da família nuclear às classes médias ou superiores. Não se trata de negar seu poder explicativo ou existência fática, mas seus atributos mais ou menos estáticos podem vir a desembocar em uma infértil discussão sobre valores. Sociologicamente mais relevante, parece-nos a investigação das funções abstratas da instituição familiar e a sua contribuição na socialização do indivíduo. Por tais funções, entendem-se a geração de identificação, coesão, coerção, conflito e distinção por meio do cuidado afetivo, disciplina, pedagogia lúdica e etc.

Retomemos brevemente as questões teóricas: a) a falsa oposição pura entre violência física e simbólica, já que a violência corporal não é pré-social e constitui uma forma de comunicação em um processo de socialização. A relação de Camila com a mãe e posteriormente com seu filho é violenta ao mesmo tempo em que engendra um processo de socialização. Ademais, esta instabilidade comportamental prévia agrava o vínculo de Reinaldo com o *crack*, fragilizando-o. O fator social e familiar exibe uma afinidade eletiva com o propriamente psico-químico; b) A dinâmica entre violência doméstica e baixa vigilância no cotidiano, o que para Reinaldo resultou na violação da integridade moral de seu corpo. Destaca-se que nem sempre este par conceitual pode ser identificado em todas as formas de organização familiar da ralé, mas sua combinação geralmente notabiliza-se por ser um agravante; c) Dentro deste mesmo complexo de reflexões verifica-se como a baixa vigilância pode ainda ser aprofundada por um tipo de exploração extensiva do trabalho no qual o agente encontra dificuldades para estabilizar suas práticas em outras esferas de valor, como a familiar. A exploração extensiva dificulta a constituição de uma esfera pessoal relativamente independente, facultando ao agente tornar suas práticas familiares fortes e duráveis. Torna-se, então, problemática a tensão entre atividades

laborais e familiares; d) A estória de Camila apresenta um paradoxo entre seu início e desfecho. Se na primeira infância de Reinaldo, ela tende a reproduzir o comportamento aprendido com sua mãe, primando pela combinação entre violência doméstica e baixa vigilância da conduta cotidiana dos filhos, presenciemos sua exasperada tentativa de romper com este padrão de comportamento, ao tentar instituir uma esfera discursiva com Reinaldo. Ela busca “conversar”, “orientar” e “cuidar” dele. Muito embora nascente, tal comportamento parece ter efeito prático fraco e tardio, não sendo capaz de remediar sua situação. Contudo, o significado sociológico do florescimento de tal comportamento não é nada desprezível e demonstra a heterogeneidade em seu patrimônio de disposições (LAHIRE, 2017).

Mesmo massacrada por condições adversas e desvantagens estruturais, Camila é capaz de *ensaiar* se relacionar de outra maneira. Mesmo onde a reprodução do poder impera, há sinais de moralidade. Observar a dialética entre os dois termos é central para evitar uma teoria social do poder que acabe por naturalizar suas próprias premissas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, P. **Algérie 60**: structures économiques et structures temporelles. Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.

CHAMBOREDON J-C ; PREVOT, J. « Le métier d'enfant »: Définition sociale de la prime enfance et fonctions différentielles de l'école maternelle : In **Revue française de sociologie**, 1973, 14-3. pp. 295-335. Disponível em : <http://www.persee.fr>.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**: la naissance de la prison. 1. Ed. Paris: Gallimard (collection Tel), 1993.

FROMM, E. Sozialpsychologischer Teil. In: Max Horkheimer (Hrsg.) **Studien über Autorität und Familie**. Zweite Auflage, Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987.

LAHIRE, B. **Tableaux de familles**: Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires.1.Ed. Paris : Éditions Gallimard/Le Seuil, 2012.

LAHIRE, B. De la Théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, Bernard (Org.) **Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu**: dettes et critiques. 2 ed. Paris, La Découverte, 2001.

LAHIRE, B. Patrimônios de disposições: para uma sociologia em escala individual. In: VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA, Lília (Org.) **Dossiê Bernard Lahire**, 1 ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2017.

HONNETH, A. **Kampf um Anerkennung**, 7 Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2012.

HORKHEIMER, M. Allgemeiner Teil. In: Max Horkheimer (Hrsg.) **Studien über Autorität und Familie**. Zweite Auflage, Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987.

MACIEL, F; GRILLO, A. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica a economia política. 13. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

ROCHA, E; TORRES, R. O crente e o delinquente. In: In: SOUZA, Jessé (Org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

SIMMEL, G. **Philosophie des Geldes**. Erste Auflage, Köln: Anaconda Verlag, 2009.

SIMMEL, G. **Soziologie**: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Otthein Rammstedt (Hrsg.). Erste Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

SOUZA, J et al. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. et al. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, J. et al. **Crack e exclusão social**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016. Também disponível em versão eletrônica: www.justica.gov.br.

VISSER, R. O telemarketing como formalidade precária. In: **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.